

Onbus 50 lugares	kms rodados por mês	2000	Linha: 2
------------------	---------------------	------	----------

Custo aquisição máquina	150.000,00	
Valor residual 30%	45.000,00	
Base cálculo para depreciação	105.000,00	
Vida útil e valor depreciação mês	60,00	1.750,00
Custo de oportunidade ano/mês	14,75%	1.843,75

Item de custo	valor R\$	produtividade/km	custo/km
Diesel	5,5	4	1,38
lubrificação mensal	300,00	2000	0,15
IPVA/DPVAT anual	4.500,00	24000	0,19
Manutenção geral	400,00	2000	0,20
Pneus 10	19.500,00	80000	0,24
Seguro passageiros-mensal	250,00	2000	0,13
Salário motorista+encargos	5.212,11	2000	2,61
Depreciação	1.750,00	2000	0,88
Custo de oportunidade mês	1.843,75	2000	0,92
<b>Custo direto por km</b>		<b>R\$</b>	<b>6,68</b>

Custos indiretos		8%	0,53
Lucro		8%	0,53
<b>Sub-total</b>			<b>7,75</b>
Tributos incidentes sobre a nota		6,65%	0,52
Cofins 3%; Pis 0,65%; ISSQN 3%			
<b>Total final do preço por km</b>			<b>8,27</b>
Faturamento mensal por veículo		2000	16.538,53

2025 estimado com 7% de reposição

**motorista      monitor**

Salário base			2.220,59	1686,9834
Insalubridade	20%		444,12	337,39668
<b>Custo base funcionário</b>			<b>2.664,71</b>	<b>2.024,38</b>
Vale transporte	20	8,00	160,00	160,00
Vale alimentação	20	6,00	120,00	120,00
<b>Custo total remuneração</b>			<b>2.944,71</b>	<b>2.304,38</b>
Provisão 13º salário			245,39	192,03
Provisão férias			81,80	64,01
<b>Custo total mensal com provisões</b>			<b>3.271,90</b>	<b>2.560,42</b>

<b>4.1</b>	<b>Encargos Previdenciários e FGTS</b>
<b>A</b>	<b>INSS</b>
<b>B</b>	<b>SESI ou SESC</b>
<b>C</b>	<b>SENAI ou SENAC</b>

D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro Acidente de Trabalho = SAT = (RAT x FAP)	RAT =	3%
H	SEBRAE		

Custo total salarial					
Índice de incidência ref. Utilização funcionário no contrato do município					

#### DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE FAZER:

A empresa é optante pelo seguinte regime de tributação e recolhe, atualmente, as seguintes alíquotas de tributos:

( ) a) Lucro presumido, recolhendo: Cofins ( %); Pis ( %); IRPJ ( %); CSLL ( %). Após contratar com a prefeitura (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

( ) b) Lucro real, recolhendo: Cofins ( %); Pis ( %); IRPJ ( %); CSLL ( %). Após contratar com a prefeitura ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes .....

( ) c) Simples nacional, recolhendo a alíquota atual de ( %), estando enquadrado no anexo ( ); Com este c recolher alíquota ( %) e passará para o anexo ( ), não se desenquadrará do simples nacional. (OU) Após assir descredenciará do simples e passará para a tributação do .....

#### Observação:

Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e pr realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos disponibilizada pel um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada.

Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o município não tem como prever todas enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo.

Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como | EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situaçã previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real);

Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a

Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários c Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de re recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legi o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa

Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o process contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

Como no Brasil existem muitos sindicatos, cabe a empresa apontar em qual dissídio e sindicato, seus colaboradores serão enquad mesmos.

ara encargos 5.272,32

	Percentual (%)	Valor (R\$)
	20,00%	1.054,46
	1,50%	79,08
	1,00%	52,72

	0,20%	10,54
	2,50%	131,81
	8,00%	421,79
1,0000	3,0000%	158,17
	0,60%	31,63
<b>TOTAL</b>	<b>36,8000%</b>	<b>1.940,21</b>

		5.212,11
	100%	5.212,11

refeitura manterá estas alíquotas;

ra manterá estas alíquotas; (caso

contrato a empresa passará a  
natura do contrato a empresa se

evidenciários, de acordo com a  
a prefeitura representa, apenas,

as possibilidades de

por exemplo: de insalubridade e  
o de enquadramento tributária e

a empresa deve observar.

corretos para a situação licitada.

recursos à licitação ou denúncias

a empresa apresentou um item

islação trabalhista, visando reduzir

3.

o licitatório, ou mesmo, rescindir o

rados, observando-se as regras dos